

As iniciativas multissetoriais contra a má nutrição na América Latina e Caribe não podem permitir conflitos de interesses

Os governos e as organizações da sociedade civil devem garantir que as iniciativas para redução da má nutrição não sejam comprometidas por conflitos de interesses.

As sucessivas crises econômicas que afetam grande parte do mundo, bem como as consequências dos conflitos territoriais, das emergências climáticas e, mais recentemente, dos contínuos desdobramentos da pandemia de COVID-19, infelizmente voltaram a colocar o tema da segurança alimentar e nutricional no centro da discussão global. Tal como com outros desafios complexos, é preciso reconhecer a necessidade de abordagens intersetoriais e abrangentes que requerem recursos, evidências científicas e percepções de diferentes partes interessadas. E embora novos atores sejam bem-vindos para contribuir e se juntar a este importante desafio, é fundamental que todos os esforços confluem para o interesse público e o direito à alimentação e nutrição adequadas. Ainda que existam diferentes contextos e capacidades, os governos sempre serão os principais responsáveis pela adoção de estratégias eficazes para erradicar a fome e todas as formas de má nutrição.

Os desafios são muitos e variados. Globalmente, mais de 800 milhões de pessoas são afetadas pela fome e cerca de 3 bilhões de pessoas não têm acesso a dietas saudáveis devido aos altos custos dos alimentos, perda de poder aquisitivo e aumento das desigualdades. A região da América Latina e do Caribe é a que mais retrocessos tem experimentado. De 2019 a 2020, a região registrou um aumento impressionante de 30% no número de pessoas em risco. Quatro em cada dez pessoas sofrem de insegurança alimentar moderada ou grave.

A fome e a má nutrição não são as únicas consequências da desnutrição. A obesidade e o sobrepeso, assim como outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) derivadas de dietas inadequadas e pouco saudáveis, afetam cada vez mais pessoas. Colocam em risco o desenvolvimento de crianças e jovens e abreviam a vida de milhares de pessoas todos os anos. Segundo os dados mais recentes, as DCNT nas Américas são responsáveis por cerca de 80,7% de todas as mortes a cada ano.

A soberania alimentar é um grande desafio para os pequenos estados em desenvolvimento do Caribe, que importam grande parte de sua alimentação, em sua maioria alimentos ultraprocessados. Ao mesmo tempo, a região latino-americana é uma das principais produtoras e exportadoras de alimentos do mundo, com enormes riquezas e recursos naturais. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a produção agrícola e pesqueira deverá crescer 14% nos próximos dez anos.

É fundamental, portanto, questionar quais alimentos estão sendo produzidos, se promovem saúde e nutrição adequada, e a que interesses e demandas respondem os atuais sistemas alimentares.

Quando a Cúpula dos Sistemas Alimentares de 2021 foi convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU), havia a expectativa de que as discussões em fóruns multilaterais contribuíssem para a construção de caminhos para abordar as várias faces da má nutrição de maneira holística e abrangente. No entanto, como criticado por várias organizações da sociedade civil, acadêmicos e ativistas, as propostas apresentadas eram capturadas por falsas soluções que privilegiam a tecnologia, a agricultura intensiva e os interesses empresariais.

É neste âmbito que as iniciativas denominadas “plataformas multistakeholders” ou “movimentos liderados por países” ganham legitimidade e se apresentam como a única forma de responder à falta de empenho e recursos dos governos nacionais. Tais iniciativas visam reunir uma variedade de atores que se identificam como 'stakeholders' em uma determinada questão e se colocam, portanto, como partes interessadas na elaboração das respostas. Alguns exemplos são o Movimento Scaling Up Nutrition (SUN) e Nutrition for Growth (N4G). Embora essas iniciativas tenham boas intenções e visem prevenir o flagelo da fome nesses países, é necessário rever suas estratégias e resultados até agora.

Em primeiro lugar, a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada e saudável são conceitos fundamentais inegociáveis, consagrados em numerosos tratados internacionais e constituições nacionais. Soluções prontas que pretendem atender a diferentes contextos estão provavelmente atendendo a outros interesses. As dinâmicas de poder moldam os sistemas alimentares locais e não surpreende que estejam se tornando cada vez mais globais. Isso é reforçado pela atuação de grandes corporações transnacionais que distorcem os direitos humanos ao transformar a fome e a eliminação da má nutrição em um negócio com falsas soluções que na verdade promovem a má nutrição e suas causas. São soluções que focam em medidas artificiais e nocivas, pensadas para tirar proveito de seus produtos e negócios, como por exemplo, alimentos ultraprocessados, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, exploração excessiva de recursos naturais, monoculturas e outras práticas agrícolas insustentáveis.

As iniciativas de combate à má nutrição não devem permitir a participação de empresas e atores relacionados cujos produtos, práticas e políticas se opõem aos esforços para eliminar a má nutrição em todas as suas formas. Os interesses econômicos das corporações transnacionais não podem prevalecer sobre os da saúde pública. Além disso, essas iniciativas devem contribuir para a autonomia e fortalecimento local de políticas públicas, instituições e sociedade civil. Devem abordar questões estruturais como o acesso aos recursos naturais, a sustentabilidade nos territórios nacionais, os direitos dos povos indígenas e a garantia dos direitos dos camponeses, entre outros.

É fundamental que as iniciativas preservem e respeitem estruturas de governança que resguardem a democracia e as obrigações de interesse público. O direito à saúde e à escolha de uma alimentação adequada deve prevalecer sobre os interesses econômicos e comerciais. Os mecanismos de governança devem garantir a não participação e

interferência da indústria de produtos não saudáveis e atores relacionados na formulação de normas ou políticas públicas de alimentação e saúde. Nesse sentido, a participação social e a prestação de contas são essenciais.

Os países da América Latina e do Caribe têm papel de destaque nas políticas de alimentação e de nutrição que servem de referência para todo o mundo. Além disso, a região concentra uma das maiores diversidades de tradições alimentares e culturais do planeta, o que faz parte de sua identidade e do processo de formação de seus povos. Essas experiências e conhecimentos fazem parte do nosso patrimônio e devem ser preservados.

Se as iniciativas e/ou movimentos “multistakeholders” estiverem dispostos a colaborar, respeitando os processos de tomada de decisão dos atores locais, eles são bem-vindos para unir forças e refletir juntos, contribuindo com suas experiências e conhecimentos acumulados sobre como transformar os sistemas alimentares em sistemas mais justos, saudáveis e sustentáveis, desde que não sejam relacionados a indústrias de produtos não saudáveis e atores relacionados; ou, pelo menos, que se comprometam e estabeleçam um plano claro para romper seu relacionamento com esses atores.

Assinada por:

Colansa (Comunidade de Prática América Latina e Caribe Nutrição e Saúde)
CLAS (Coalizão América Saudável)
Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)
ACT (Promoção da Saúde)
Healthy Caribbean Coalition
Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável
Corporate Accountability International
CIET Uruguay
Alianza ENT Uruguay
FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)
Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBBSAN)
Sociedad Uruguaya de Tabacología (SUT)
Consumidores y Usuarios Asociados Uruguay (CUA)
Observatório de Obesidade (PEO-ERJ)
Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS), da Universidade Federal de Minas Gerais
Observatorio Universitario de Seguridad Alimentaria y Nutricional del Estado de Guanajuato (OUSANEG)
Movimento Urbano de Agroecologia - MUDA
Míriam Balestro, Promotora de Justiça Aposentada e pesquisadora do Direito à Alimentação
FICA (Fundación InterAmericana del Corazón Argentina)
Secretaría Técnica MAELA Colombia
CORDES Colombia
Grupo de Pesquisas Sistemas Alimentares Sustentáveis (GPSAS) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Observatorio Nacional para la Protección del Consumidor, República Dominicana

Conselho Federal de Nutricionistas (Brasil)
Costa Rica Saludable
Myriam Paredes, Profesora de FLACSO, Ecuador
Instituto Desiderata
Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional - UnB
Slow Food Brasil
Associação Brasileira de Agroecologia
Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições da Universidade Federal de Santa Catarina - NUPPRE/UFSC
Gloria Durán Landazábal
Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Consejo de Nutrición Pública de la Asociación Argentina de Salud Pública
Movimiento de Alimentación Saludable de Panamá
AMBIO Sociedad Civil, Costa Rica
Federación Argentina de Graduados en Nutrición (FAGRAN)

Para mais informações sobre SUN, plataformas multistakeholder e outras parcerias público-privadas:

[Corporações que compõem a SUN Business Network \(apenas em inglês\)](#)

[Quando o sol lança uma sombra. Os riscos para os direitos humanos das parcerias multistakeholders: o caso da iniciativa Scaling Up Nutrition \(SUN\).](#)

[Nota Informativa sobre Iniciativas Multissetoriais \(MSI\). Fian Internacional \(apenas em inglês\)](#)

[Parcerias multissetoriais para financiar e melhorar a segurança alimentar e nutricional no âmbito da Agenda 2030. Relatório HLPE.](#)

[A preocupação da IBFAN sobre o papel da indústria no Scaling Up Nutrition](#)

[Conflito de interesses em nutrição: onde está o poder? \(Apenas em Inglês\)](#)

Outras fontes utilizadas nesse documento:

[OECD-FAO Agricultural Outlook 2022-2031 \(solo en inglés\).](#)

[O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo em 2022.](#)

[Panorama regional de segurança alimentar e nutricional 2021, América Latina e Caribe.](#)

[Centenas de organizações de base se opõem à Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU \(apenas em inglês\).](#)

[A Cúpula do Sistema Alimentar da ONU falha em abordar os desafios reais de dietas saudáveis e sustentáveis \(apenas em inglês\)](#)

[Priorizando doenças crônicas não transmissíveis \(DCNTs\) na região das Américas na era da COVID-19 \(somente em inglês\)](#)